

# SPE Integra 2 S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253PS-063-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em <b>31</b> de dezembro de <b>2024</b>	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas e Administradores da  
**SPE Integra 2 S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Integra 2 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 27 de maio e 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Integra 2 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período compreendido entre 27 de maio e 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### Demonstrações financeiras comparativas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 a data de início das atividades da Companhia foi 27 de maio de 2024 assim as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas sem os saldos comparativos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo  
Contadora CRC 1SP-223.177/O-1

# SPE Integra 2 S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	2024
<b>Ativo circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	6	3.667
Tributos a recuperar		4
Despesas antecipadas		366
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.037</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Ativo financeiro em formação	7	4.412
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.412</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>8.449</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

# SPE Integra 2 S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2024
<b>Passivo circulante</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar		105
Impostos, taxas e contribuições		39
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>144</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Tributos diferidos	8	693
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>693</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	9	7.141
Reserva de lucros	9	471
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>7.612</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>8.449</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

# SPE Integra 2 S.A.

## Demonstrações do resultado

para o período compreendido entre 27 de maio de 2024 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2024
<b>Receitas líquidas</b>	<b>10</b>	<b>3.916</b>
Custos de construção	11	(3.336)
<b>Lucro bruto</b>		<b>580</b>
<b>Despesas</b>		
Gerais e administrativas		-
<b>Lucro operacional</b>		<b>580</b>
Resultado financeiro	12	125
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>705</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(197)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(37)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>471</b>
Lucro por ação básico e diluído atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)		0,07

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# SPE Integra 2 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
para o período compreendido entre 27 de maio de 2024 (data de constituição) e  
31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>471</b>
Outros componentes do resultado abrangente	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>471</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# SPE Integra 2 S.A.

## Demonstrações do patrimônio líquido

para o período compreendido entre 27 de maio de 2024 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social		Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de realização de investimento		
<b>Capital Social em 27 de maio de 2024 (data da constituição)</b>		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	471	471
<b>Transações com acionistas:</b>								
Capital Social	12	20.388	(20.388)	-	-	-	-	-
Integralização de Capital social	12	-	7.141	-	-	-	-	7.141
Constituição de reserva legal	12	-	-	23	-	-	(23)	-
Constituição de reserva especial	12	-	-	-	112	-	(112)	-
Constituição de reserva para investimento	12	-	-	-	-	336	(336)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>20.388</b>	<b>(13.247)</b>	<b>23</b>	<b>112</b>	<b>336</b>	<b>-</b>	<b>7.612</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# SPE Integra 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
para o período compreendido entre 27 de maio de 2024 (data de constituição) e  
31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Lucro do antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>705</b>
<b>Ajustes</b>	
Variações de tributos diferidos	496
	1.201
Ativo financeiro da concessão	(4.412)
Despesas antecipadas	(366)
Outros ativos	(4)
Fornecedores	105
Impostos taxas e contribuições	2
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(3.474)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>	
Capital Social	7.141
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>7.141</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.667</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.667

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A SPE Integra 2 S/A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do estado de São Paulo, constituída em 27 de maio de 2024, tendo como objeto social a exploração da concessão administrativa para a prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura à operação de Centros Educacionais Unificados (CEU’s) a serem implementados no município de São Paulo.

Serão efetuadas obras de construção de 5 novas unidades CEUs, e a concessão terá um prazo de duração necessário ao cumprimento do objeto social, conforme estabelecido no Edital de concorrência nº EC/009/2023/SGM-SEDP. O Contrato possui um prazo total de 25 anos.

A Companhia é controlada diretamente pela EPO PARTICIPAÇÕES LTDA.

No ano de 2024, a Companhia iniciou o reconhecimento das receitas que decorrem da apropriação de custos agregados à fase de investimentos do projeto de PPP, conforme assim determina a Interpretação Técnica da norma contábil ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Administração da Companhia estima que o Poder Concedente determine a ordem de início para fase de implantação dos 5 (cinco) CEU’s que fazem parte do seu objeto de contrato no primeiro semestre de 2025, sendo eles: CEU Brasilândia; CEU Jardim Campinas; CEU Parque das Flores; CEU Pirajuçara; CEU Vila Gilda.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 28 de março de 2025.

## 2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo aquelas previstas na legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara que essas divulgações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A Companhia iniciou suas atividades no ano de 2024, razão pela qual não existe informação comparativa referente ao exercício de 2023 das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem um maior nível de julgamento e são mais complexas, bem como as áreas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs 7 (Ativo financeiro em formação) e 8 (Tributos diferidos)

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

### 2.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor.

## **2.3. Instrumentos financeiros**

### **2.3.1. Ativos financeiros**

#### **a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo, e subsequentemente, dependendo de sua classificação, podem ser mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

#### **b) Classificação**

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado

### **2.3.2. Passivos financeiros**

#### **a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos ou valor justo por meio do resultado.

#### **b) Classificação**

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

### **2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

### **2.3.4. Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

## **2.4. Ativo financeiro em formação**

O ativo financeiro em formação é representado pelo direito a faturar do contrato de PPP com a Prefeitura de São Paulo (Nota Explicativa nº 1). As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 e o respectivo ativo está classificado como ativo financeiro em formação. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICPC 01, estão sendo registrados na conta do ativo financeiro em formação, gastos incorridos que podem ser mensurados com segurança.

## **2.5. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

## **2.6. Reconhecimento da receita**

A Companhia reconhece a receita na medida que satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

### **a) Receita de contratos de construção**

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o método de custo acrescido de margem, que engloba a alíquota de **10,2% (2024)** e **10,2% (2023)** somada a alíquota dos impostos incidentes sobre a receita, aplicados aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo a receber em virtude dos serviços prestados, por referência ao estágio de conclusão da construção. A contrapartida da receita de construção é o ativo financeiro em formação.

### **b) Atualização do ativo financeiro em formação**

A receita de atualização do ativo financeiro representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato.

A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva de **0,889 %** ao mês sobre o montante do principal.

A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia.

### **c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras.

## **2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos**

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

## **2.8. Resultado por ação**

O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei no 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro líquido ou prejuízo do exercício e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras).

### **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

#### **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, está contemplada por Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros:

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas pela administração evidências objetivas de perdas de *impairment* para os ativos financeiros.

#### **3.2. Pronunciamentos novos aplicados pela primeira vez em 2024**

- i)** Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- ii)** Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- iii)** Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- iv)** Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia concluiu que as alterações às normas não tiveram impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

#### **3.3. Pronunciamentos novos aplicados pela primeira vez a partir de 2025**

- i)** Adoção do IFRS 9: A partir de janeiro de 2025, os bancos brasileiros deverão implementar o IFRS 9, que introduz novas regras para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, além de abordagens mais rigorosas para o reconhecimento de perdas de crédito esperadas. Essa mudança visa aumentar a transparência e a consistência nos relatórios financeiros do setor bancário.
- ii)** Implementação das Normas de Divulgação de Sustentabilidade do ISSB: O Brasil adotará, a partir de 2024, as Normas de Divulgação de Sustentabilidade do International Sustainability Standards Board (ISSB), com obrigatoriedade prevista para 1º de janeiro de 2026. Essas normas exigem que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, fortalecendo a transparência e atraindo investimentos globais.
- iii)** Revisão das Normas de Fundos de Investimento e Outras Regulamentações: A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) planeja, para 2025, revisar normas relacionadas a fundos de investimento, incluindo a Instrução CVM 577 (Fundo de Investimento Financeiro - FIF) e outras instruções pertinentes. Além disso, estão previstas alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, melhorias anuais das normas IFRS e ajustes específicos para contratos de compra de energia.

**iv) Alterações no Método de Equivalência Patrimonial:** A CVM propôs alterações no método de equivalência patrimonial, o que pode resultar em mudanças significativas nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras. Essa alteração visa aprimorar a representação contábil das participações em outras entidades.

**v) Introdução de Normas de Convergência ao IFRS 18:** Está prevista a edição de uma norma de convergência ao IFRS 18, que trata da apresentação e divulgação em demonstrações financeiras. Essa norma buscará harmonizar as práticas contábeis brasileiras com os padrões internacionais, melhorando a comparabilidade e a transparência das informações financeiras

## **4. Gestão de risco financeiro**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro, contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira das operações.

### **a) Risco de liquidez**

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

### **b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre do risco de realização das aplicações financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

### **c) Risco de taxa de juros**

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota Explicativa nº 5.

A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

### **d) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos e equivalentes de caixa. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

Exposição patrimonial	Risco	Cenário razoavelmente provável					
		Taxa projetada	Ganho/(Perda)	I - Aumento de 25%	II - Aumento de 50%	III - Queda de 25%	IV - Queda de 50%
<b>Ativos financeiros</b>							
2. Aplicações financeiras	CDI	14,74%	540	675	810	405	270
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>			540	675	810	405	270

**e) Risco cambial**

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção.

**5. Instrumentos financeiros por categoria**

Mensurado ao custo amortizado		2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Aplicação Financeira		3.667
Ativo financeiro em formação		4.412
<b>Total</b>		<b>8.079</b>
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores		105
<b>Total</b>		<b>105</b>

**6. Caixa e equivalente de caixa**

		2024
Caixa e bancos		1
Aplicações financeiras (i)		3.666
<b>Total</b>		<b>3.667</b>

(i) Referem-se a Certificados de Depósito Bancário, que buscam remunerar a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), com liquidez imediata.

**7. Ativo financeiro em formação**

Refere-se à parcela dos direitos a faturar ao Poder Concedente decorrentes do contrato de Parceria Público-Privado firmado com a Prefeitura de São Paulo, para implantação, manutenção e conservação dos Centros Educacionais Unificados (“CEUs”) e atualização financeira sobre o ativo financeiro.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais)

	2024
Receita de construção	4.193
Atualização do ativo financeiro	219
<b>Total</b>	<b>4.412</b>
Ativo circulante	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>4.412</b>

## 8. Impostos diferidos e correntes registrados no passivo e demonstração do resultado

Impostos diferidos registrados no passivo	2024
<b>Tributos diferidos - tributos apurados sobre receita do Contrato de Concessão (ICPC 01)</b>	
PIS	73
Cofins	335
IRPJ	145
CSLL	52
ISS	88
<b>Total</b>	<b>693</b>

### a) Impostos diferidos e correntes registrados no resultado

	2024		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
<b>Lucro Contábil antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			
	705	705	705
Adições	-	-	-
Exclusões	(580)	(580)	(580)
<b>Resultado fiscal</b>	<b>125</b>	<b>125</b>	<b>125</b>
<b>Impostos correntes registrados no resultado</b>	<b>(25)</b>	<b>(12)</b>	<b>(37)</b>

	2024		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
<b>Ativo financeiro em formação</b>	<b>(125)</b>	<b>(52)</b>	<b>(197)</b>
<b>Impostos diferidos registrados no resultado</b>	<b>(125)</b>	<b>(52)</b>	<b>(197)</b>

## 9. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 27 de maio de 2024 foi constituída a Companhia por meio da Ata de Assembleia Geral de Constituição. Em 31 de dezembro de 2024, o Capital social subscrito é de R\$ 20.389, representado por 20.388.700 de ações ordinárias, sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 cada uma, na seguinte forma:

Acionistas	2024	
	Capital subscrito (R\$)	Participação (%)
EPO Participações Ltda.	20.185	99%
GSA Gestão da Propriedade Imobiliária e Incorporação Ltda.	204	1%
<b>Total</b>	<b>20.389</b>	<b>100</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais)

No ano de 2024, a acionista EPO integralizou o montante de R\$ 7.070, enquanto a GSA integralizou R\$ 71.

	2024
Capital subscrito	20.389
(-) Capital a integralizar	(13.248)
<b>Capital social integralizado</b>	<b>7.141</b>

**b) Reservas de lucros**

Em 31 de dezembro de 2024 as reservas foram constituídas da seguinte forma:

**i) Reserva legal**

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital.

**ii) Reserva especial**

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes à 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação fiscal em vigor.

A Administração da Companhia, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade conforme o seu plano de investimento, destinou a parcela de 25% do lucro líquido ajustado equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 112 (2024), para a constituição da reserva especial, conforme art. 202, § 4º, da Lei 6.404/76.

**iii) Reserva de realização de investimentos**

A Administração da Companhia aprovou a constituição dessa reserva no montante de R\$ 336 (2024), através do excedente da destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro, após da constituição da reserva especial e reserva legal, em função do artigo 199 da Lei nº 11.638/07, que determina que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social.

**10. Receitas líquidas**

	2024
<b>Operações continuadas</b>	
Receita de construção da infraestrutura	4.193
Atualização do ativo financeiro	218
Impostos e contribuições sobre receitas	(495)
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b>3.916</b>

**11. Custos de construção**

	2024
Serviços de terceiros	2.406
Gastos com equipe	668
Outros	262
<b>Total</b>	<b>3.336</b>

**12. Resultado financeiro**

	2024
Rendimentos de aplicações financeiras	125
<b>Total</b>	<b>125</b>

### 13. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

(em milhares de reais)			Montante da
Projeto	Ramo	Vigência	cobertura
Pottencial Seguradora	Riscos de engenharia	Outubro 2025	89.696

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

### 14. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2025, como parte das obrigações contratuais que precedem a ordem de início do Contrato de Concessão, a Concessionária, o Município de São Paulo e a Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos (SPDA) assinaram o contrato de NOMEAÇÃO DE AGENTES DE GARANTIA E DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que constituiu a Garantia SPDA, equivalente à 12 vezes o valor da contraprestação máxima estabelecido na proposta comercial da Concessionária, totalizando R\$ 63.557 e firmou constituição da garantia subsidiária dos recursos devidos ao Município de São Paulo do Salário Educação. O referido contrato de garantia outorgou o Banco do Brasil S/A como Instituição Depositária das referidas garantias.

\* \* \*